

# EXPRESSÃO

Ano 4 Número 35 Março.2013

Uma publicação  
do Sindicato dos  
Servidores Públicos  
do Ensino Superior  
de Blumenau

# UNIVERSITÁRIA

[www.sinsepes.org.br](http://www.sinsepes.org.br)

## Como resolver a sustentabilidade financeira da FURB?



*Imagem da obra Les Bourgeois de Calais, do escultor francês Auguste Rodin*

## »» Editorial

A Universidade retoma esse mês um debate acerca de sua sustentabilidade financeira. Números que foram apresentados por ocasião da votação e encaminhamento das Diretrizes Orçamentárias 2014 na última reunião de fevereiro do Conselho Universitário da FURB mostram equilíbrio financeiro, mesmo dentro de todas as limitações impostas, mas não convencem como conseguir chegar a um futuro que via de regra é nos apresentados: uma Universidade de qualidade com mensalidades acessíveis fazendo muita coisa com as próprias pernas mesmo com baixa capacidade de investimento. Nesse quadro não há clareza para onde se pretende ir. O assunto das crises que as universidades tem passado, nos lembrou dos professores Boaventura de Sousa Santos da Universidade de Coimbra e Naomar de Almeida Filho da UFBA que publicaram em 2008 o livro "A Uni-

versidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova" resultado de vários encontros e deba-

**Universidade retoma este mês um debate acerca de sua sustentabilidade financeira. Números apresentados por ocasião da votação e encaminhados nas Diretrizes Orçamentárias mostram equilíbrio financeiro mas não convencem**

tes sobre o tema. No capítulo 1, o professor Boaventura recorda que em 1994 havia escrito um texto em outra obra "Pela Mão de Alice:

o Social e o Político na Pós-modernidade (Porto: Afrontamento, 1994; São Paulo: Editora Cortez, 1995). Nesse texto identificava as três crises com que se defrontava a universidade. A crise de hegemonia que resultava das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham vindo a ser atribuídas.

A segunda crise era a crise de legitimidade provocada pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro. Finalmente, a crise institucional resultava da contradição entre a reivindicação da autonomia na

definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social. Toda a caracterização dessa tipologia acerca da natureza dessas crises atinge não apenas a FURB mas quase todas as universidades em um ambiente que proporciona muitas oportunidades mas é muito hostil para os que apenas se mantêm presos às antigas convicções. Os fatos registrados quando considerados relevantes já são o passado, tendências baseadas em fatos mesmo pouco perceptíveis representam o futuro. Ouvimos em alguns corredores sobre a "votação" da universidade, isso sinceramente não deveria ser mencionado, o que se fez no passado não significa que estamos sujeitos a um determinismo vocacional, é difícil mudar em uma organização complexa, mas é necessário sobreviver.

## Carta do Leitor

Gostei muito da abordagem da matéria Retrato de uma Cidade Doente, publicada em fevereiro no Expressão Universitária, sendo que destaco a frase mais contundente e acertada usada para alertar da nossa triste realidade: "A cultura local naturalizou o consumo de bebida alcoólica."

Lamentavelmente, essa situação continua a acontecer em Blumenau, pois, quando li a matéria, recordei de imediato algumas situações vistas por mim em vários estabelecimentos de ensino em nossa cidade, promovendo as ditas Mini-oktobers, onde valorizam-se todas as tradições culturais herdadas, sobretudo e principalmente, a triste tradição de beber cerveja, para cair (literalmente) na "alegria". Vi crianças de 4 a 14 anos devidamente trajadas e paramentadas (pelos seus pais) com o in-

dispensável caneco de chope a tiracolo, para logo mais saborear no mesmo, um "inocente refrigerante" disfarçado em um barril de chope.

Triste retrato do "ensino" que é dado nestes estabelecimentos, em que não se percebe os golpes de efeitos catastróficos na mente despreparada dos pequenos, enxergando-se apenas o fato de que os mesmos não bebem de fato o chope, e, ao que me parece, os próprios docentes estão embriagados pela ilusão da "tradição", achando isso tudo lindo e educativo.

A palavra tradição é uma das mais usadas para preterir se beber o máximo possível, para se ter a maior alegria possível, na maior Festa da Cerveja do Brasil; traduzindo, a maior festa da bebedeira do Brasil, que tem também por consequência a maior ressaca do

Brasil, onde a própria prefeitura estima um recorde a se atingir nos litros de chope consumidos... É preciso dizer mais? Nem tudo o que é tradicional é lícito e convém, senão ainda estaríamos nos tempos da barbárie.

Infelizmente, não é só aqui em nossa cidade a naturalização do consumo de bebida alcoólica, basta ligarmos a televisão para constatar as numerosas propagandas de cerveja (sem citarmos ainda os cigarros), que vinculam seu consumo a uma vida alegre e descontraída, cheia de realizações fantásticas, principalmente no quesito de apelo sexual da "pegação".

Será que ninguém se preocupou em apontar as funestas consequências de tamanho despautério aos futuros e atuais frequentadores; ora pois, o resultado não é preciso ensinar, está nas estatísti-

cas diárias das mortes "vitimadas" pelo uso abusivo do álcool; triste ressaca não?

O Brasil é visto como o país onde tudo é farto e tudo pode, desvirtuando a essência de riqueza e liberdade, para opulência em exageros e libertinagens, desviando o verdadeiro sentido de tudo o que é belo e bom.

De quem será a responsabilidade? Do Governo? Da mídia? Dos produtores de cerveja?

Não, é nossa! Sobre tudo por sabermos de cor e salteado das consequências. Acordemos, façamos e ensinemos o certo, aprendamos a apreciar realmente o que é construtivo e edificante para todos nós.

Congratulações,  
Jener Clóvis Pinto  
Motorista autônomo  
Blumenau

## Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

## DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); Vice-presidente: Luiz Donizete Mafra (DAC), Secretária geral: Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), 1ª Secretária: Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), Tesoureiro: Valcir de Amorim (DAF), 1º Tesoureiro: Leandro Junkes (Biotério Central), Diretor de Imprensa e Comunicação: Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), Diretora de Assuntos Jurídicos: Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), Diretora de Formação e Relação Sindical: Nevon Goretti Damo (CCS), Diretor de Cultura, Esporte e Lazer: André Luis Almeida Bastos (CCT)

## CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)  
Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Magali Moser (02353JP-DRT/SC).

Diagramação e edição: Magali Moser  
Projeto Gráfico: Leo Laps

Tiragem: 3.000 cópias.

Gráfica: Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.



## Pelo direito de ir e vir na cidade



A resistência dos estudantes e usuários no movimento contra o reajuste na tarifa do transporte coletivo urbano em Blumenau

POR MAGALI MOSER, jornalista do SINSEPEs

<magali.moser@gmail.com>

Um movimento que começou tímido tem se fortalecido e chamado a atenção em Blumenau, nos últimos tempos. Na cidade onde ir pra rua lutar pelos próprios direitos ainda é visto como algo incomum, os estudantes que protestam contra o aumento da passagem de ônibus no município têm assumido uma luta que deveria ser coletiva. Este ano já foram cinco manifestações desde o anúncio pelo Consórcio SIGA, cuja pretensão era de aumentar a passagem de ônibus para R\$ 3,45 (um reajuste de 19%!).

Contrariando a expectativa dos usuários do transporte coletivo, o prefeito Napoleão Bernardes (PSDB) assinou o pedido de reajuste da tarifa do transporte coletivo de Blumenau, que passou de R\$ 2,90 para R\$ 3,05, desde 11 de março. Apesar da pretensão inicial do SIGA não ter se confirmado, o novo valor assusta. Entre as capitais, a tarifa de ônibus mais cara do Brasil é a cobrada em São Paulo (R\$ 3), segundo levantamento da empresa Ticket Transporte.

Os questionamentos em torno dos reajustes da tarifa de ônibus em Blumenau se tornaram ainda mais frequentes a partir da criação do Consórcio Siga, em 2008, com a união das empresas Nossa Senhora da Glória, Rodovel e Verde Vale. Desde então, somente dois aumentos não enfrentam

problemas com a Justiça, em 2008 e 2009. O Ministério Público precisou intervir e os cálculos foram refeitos. Em 2010, o promotor Gustavo Mereles Ruiz Dias, em ação civil pública sobre o caso, chegou a pedir o afastamento de Rudolf Clebsch, então presidente do SETERB e do prefeito da época.

**Diante de tantas denúncias de irregularidades no processo e das justificativas apresentadas para os reajustes se repetirem, os usuários perdem a paciência e vão às ruas para serem ouvidos**

ca, João Paulo Kleinübing, de seus cargos e as suas devidas condenações, juntamente com o Consórcio Siga. Além do aumento ilícito da passagem, naquele ano, o promotor apurava também a concessão do serviço por 30 anos, em 2007, quando foi assinado o contrato entre as três empresas e o município, ficando o Consórcio responsável por todo o sistema de

transporte coletivo urbano na cidade.

Diante de tantas denúncias de irregularidades no processo e das justificativas apresentadas para os reajustes se repetirem, os usuários perdem a paciência e vão às ruas para serem ouvidos. Cansados de se sentirem reféns, assumem o papel de protagonistas. O movimento pela redução da passagem de ônibus em Blumenau é formado principalmente por estudantes e lideranças comunitárias.

- R\$ 2,90 já é um absurdo. Imagina R\$ 3,05! O movimento vai continuar - adianta a estudante de Psicologia da FURB Ester Bevia Graf, uma das militantes.

O movimento é apertado, garante a estudante de Direito da FURB Michele Mantelli, uma das organizadoras. Ela relata que apesar do movimento buscar a qualidade de vida e a garantia da mobilidade urbana, é comum os manifestantes serem mal compreendidos inclusive pela própria comunidade, especialmente por motoristas que se sentem incomodados com os "transtornos" causados pelas manifestações. Por isso, o grupo tem a preocupação de orientar a população sobre seus interesses e distribui panfletos informativos com esta intenção.

É mais do mesmo falar da sede de ganância dos empresários diante da qualidade(?) do servi-

ço. Quem usa o transporte coletivo conhece bem o tempo perdido para pegar um ônibus, o desconforto causado pela superlotação, além do calor insuportável - apesar das promessas antigas de se colocar ar condicionado nos veículos. (Alguns deles, responsáveis pelo trajeto Gaspar - Blumenau - Gaspar, oferecem o serviço e disponibilizam acesso à Internet wi-fi. Há de se reconhecer a necessidade de buscar atrativos para manter os usuários.)

Um caso a ser estudado vem do município de Maringá (PR), onde os estudantes protestaram tanto contra os aumentos que conseguiram o benefício da gratuidade das passagens: Lá é lei desde o ano passado: estudante que comprove morar mais de 2km da universidade tem passe livre!

No plano de governo do atual prefeito, enquanto candidato, a mobilidade urbana foi apresentada como prioridade. A população quer saber: Quais são as ações pensadas para atender às necessidades de pessoas que estudam, trabalham e vivem o cotidiano da cidade? Uma das necessidades mais básicas do ser humano, o direito de ir e vir na cidade está cada vez mais comprometida. A mobilidade urbana não determina a condição de exclusão social, mas se constitui em uma das ferramentas para superação dessa condição.

Mobilizações tentaram conter o aumento de R\$ 2,90 para R\$ 3,05, colocando o sistema de transporte público de Blumenau no topo da lista dos mais caros do Brasil

Foto: Jandyr Nascimento

# Uma **necessidade regional**

A antiga discussão sobre a construção de uma penitenciária regional no Vale do Itajaí ainda enfrenta resistências da própria comunidade local

POR **RODRIGO FERNANDO NOVELLI**, Professor de Direito Penal e Direito Processual Penal da FURB, Advogado, Mestrando em Ciência Jurídica pela Univali, Coordenador da Comissão de Segurança Pública da OAB.

< rodrigo@novelli.adv.br >

O crime é um fenômeno social. Podemos falar que é um fenômeno social esperado (digo esperado, pois comumente protegemos nossas casas e nossos bens do mal que pode acontecer), e, em algumas situações o crime pode ser até mesmo tolerado, como nos delitos de menor intensidade no nosso cotidiano.

Havendo um delito, não há quem defenda que o mesmo não deve ser julgado, e, se houver responsabilidade penal do seu autor, que este seja punido.

Pois bem, aqui entra a temática do presente artigo, aonde punir o autor de um delito?

O Brasil detém uma legislação específica, a Lei nº 7.210/84, intitulada de Lei de Execução Penal, essa lei regulamenta todo o sistema carcerário nacional, traçando suas diretrizes básicas. Podemos afirmar que a LEP é uma das leis mais avançadas nessa temática, estando dentre as melhores do mundo.

Contudo a teoria e a prática são coisas bem diferentes no Brasil. Somente a título de informação, a LEP garante a todos os presos, o Direito à sua integridade física. Constitui um direito do preso de ser recolhido em uma cela individual, com no mínimo 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), dotada uma fonte de água potável, bem como aparelho sanitário e ventilação de acordo com o clima.

Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório.

Parágrafo único. São requisitos

básicos da unidade celular:

a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;

b) área mínima de 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados).

Para o cidadão que contra ele seja imposta uma pena de prisão, em nossa cidade, será encaminhado ao Presídio Regional de Blumenau, um local que segundo a LEP, deveria abrigar somente presos que ainda não tenham sido condenados em definitivo (o chamado preso provi-

**Blumenau, tendo em vista a sua capacidade econômica, importância regional, deveria tomar a frente dessa situação e deixar que a penitenciária regional fosse construída na cidade**

sório), mas na prática, abriga também os presos com condenação já transitada em julgado (que não comporta mais recurso).

Este fato já gera uma irregularidade perante a lei, contudo, a cela que deveria abrigar um único preso conforme a LEP, em Blumenau abriga 12 pessoas, ou mais. Os 6,00m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) garantidos por lei não são assegurados. O Estado que puni o cidadão porque este não teria cumprido a lei, também não a cumpre ao exercer o poder

punitivo.

No Brasil a pena detém a função de ressocializar o preso. Ou seja, ao final da sua pena, o preso condenado deveria ser reinserido na sociedade reabilitado em face do fato que gerou a sua punição. Contudo isso não ocorre por vários motivos, dentre os principais, pelo descumprimento da própria Lei pelo Estado.

De há muito, tentam impulsionar a construção de uma penitenciária em nossa região, contudo, até o momento, isso não passou de uma conversa desagradável para os nossos governantes.

O Governador do Estado, em entrevista recentemente, apontou que o Presídio Regional de Blumenau é o pior do estado, e garantiu que há empenhado dinheiro para a construção imediata de uma Penitenciária no Vale do Itajaí, necessitando somente da doação ao estado de um terreno de 50 mil metros quadrados.

Contudo nenhum prefeito sinalizou positivamente, pelo menos até o momento, da aceitação de construção de um complexo penitenciário na cidade governada. Muito provavelmente por cautela de como ficará sua imagem política perante a sociedade.

Algumas pessoas tem uma certa aversão à construção de uma unidade prisional próximo de sua residência. O que tem que se deixar claro, é que a própria lei, ordena que Penitenciárias, não podem ser construídas perto de áreas habitadas. Então estamos falando que a construção ocorrerá na área do município, mas longe de áreas habitadas.

Art. 90. A penitenciária de homens será construída, em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.

Será que a construção de uma Penitenciária gera insegurança? Claro que não, pois havendo uma Penitenciária, mais policiais serão direcionados a região, maior será o investimento na região, e estaremos nada mais do que cumprindo a lei.

Insegurança traz o atual Presídio Regional de Blumenau, onde há superlotação, baixo efetivo de agentes prisionais, e uma estrutura com capacidade para aproximadamente 500 pessoas, e atualmente suporta 1000 presos, e a completa ausência dos requisitos mínimos previstos na legislação.

Blumenau, tendo em vista a sua capacidade econômica, importância regional, e mais, diante da maioria da população carcerária, deveria tomar a frente dessa situação e deixar que esse estabelecimento penal fosse construído em nossa cidade.

O Estado trabalha com uma opção, caso não encontre um terreno para a construção da Penitenciária, a reforma do atual Presídio Regional de Blumenau. Essa alternativa seria irrisória, pois o Presídio de Blumenau está inserido em um terreno de 15 mil m<sup>2</sup>, e o estado busca a construção em um terreno de 50 mil m<sup>2</sup>. Não podemos trabalhar com base no jeitinho em matéria de sistema prisional, e segurança pública.

Segundo noticiado na imprensa, os ataques que estão ocorrendo em Santa Catarina, teriam como objetivo a reivindicação de cumprimento por parte do Estado, dos direitos dos presos. Importante ressaltar que a cobrança por parte de quem seja é válida, contudo a forma com que há essa cobrança na atualidade é totalmente reprovável.

Com a construção de um complexo penitenciário em nossa região, estaríamos mostrando para a sociedade que, os transgressores da lei, já terão um lugar para cumprirem suas penas, de acordo com a lei.

Para os que argumentam que os presos não deveriam ter regalias, ou não tem conhecimento de como é na verdade o sistema prisional, que não há qualquer regalia, ou nunca teve a sua liberdade segregada, um dos bens mais sagrados.

A construção de uma Penitenciária em nossa região, além de uma necessidade própria da evolução da sociedade do Vale do Itajaí, é também o cumprimento da lei de toda a população da região, e principalmente pelo próprio estado.



## A cidade desejada

A falta de estrutura urbana e a escassez de espaços de lazer e convivência estão entre os principais desafios a serem enfrentados pela próxima gestão municipal

Foto: Magali Moser

POR **VILMAR VIDOR**, Arquiteto

< vilmar.vidor@gmail.com >

Ao iniciar um novo período de administração pública, com novo prefeito eleito democraticamente, devidamente assessorado por uma equipe competente, deseja-se, para não dizer todos, que tudo ou quase tudo seja resolvido, no mais alto espírito democrático e, com a melhor participação técnica possível. Repito, é um desejo, nem sempre os desejos se realizam, mas grande parte do público votante espera que assim o seja.

Naquilo que se refere ao urbanismo muita gente deseja que o mal conhecido projeto da Prainha tenha conclusão feliz antes da próxima enchente. Depois da próxima enchente ninguém sabe dos restos e dos rastros espalhados pelo leito do Itajaí-Açu. A outra margem, da Beira-Rio continua esperando, depois de décadas, um belo jardim florido.

Na outrora cidade jardim ninguém mais liga para flores, menos ainda para jardins. Estes se resumem a canteirinhos exíguos entre meio-fio e pista de pedestres. A antiga cidade das flores – a Blumen – morreu com o resto de sua história mal preservada.

Não seria por falta de desejos que o blumenauense retornaria as praças bem providas se assim elas, num repente, dessem o ar de sua graça. Assim como este grande espaço do antigo BEC que, muito proximamente, tornar-se-á condomínio privado, para humilhação e frustração do blumenauense. Muita gente pergunta por que um espaço tão nobre, tão impregnado de história vai tornar-se mais um condomínio particular? Falta-nos parques na cidade!!! O famoso e bem frequentado Ramiro Ruediger ficou pequeno em decorrência do grande afluxo.

O Parque São Francisco, de exuberante Mata Atlântica está fechado, não se sabe exatamente o porquê. O grande parque esportivo cujo projeto foi desenvolvido pelo saudoso Egon Belz no extinto IPPUB, conhecido como parque das Itoupavas, entre as Ruas Pedro e Gustavo Zimmerman, continua

adormecido em folhas de papel.

O Centro Histórico – a antiga Stadplatz – seria, se bem administrado, a porta de entrada triunfal da cidade e do Vale do Itajaí. Seria!!! Se estivéssemos num país de

**A cidade é um balcão de negócios para todo tipo de empresa, menos para o cidadão. Não é justificável o aumento de área a construir na região central, promovido pela prefeitura, que modificou o Plano Diretor para agradar empresários**

pessoas inteligentes, honestas, desinteressadas e que amassem sua cidade. O Centro Histórico restaurado comporia com o parque aos fundos do Mausoléu e a Fundação Cultural, a Praça da Cerveja, a avenida das Palmeiras transformada em espaço para pedestre, em pelo menos uma pista, juntamente com o grande jardim sediado sobre o antigo BEC, o Morro do Aipim e o monumento público de função turística mais importante da cidade, o Restaurante Froshin.

O Restaurante Froshin foi investimento da Prefeitura no final da década de 60 para melhorar a paisagem histórica e os serviços turísticos na cidade. Hoje o restaurante está fechado e ninguém sabe o que fazer com ele. Ora, como se pode admitir que um investimento público assim tão importante possa ser relegado ao ostracismo. A paisagem mais bela da cidade é vista do Froshin. A paisagem mais espetacular da cidade, para quem está na Beira-Rio, na Ponta Aguda, enfim no Centro da cidade é a do Morro do Aipim. Mas o Froshin está fechado. O acesso ao Froshin, aquela ruela esburacada

e mal tratada subindo o morro do Aipim, jamais recebeu tratamento adequado. É um beco tortuoso e obscuro onde nenhum turista se arrisca depois do poente, embora tenhamos um lindo pôr-do-sol sobre o Itajaí-Açu. Inadmissível que numa cidade que se apresenta com vocação turística, um ponto turístico deveras importante esteja desativado.

Todo este conjunto de espaços, praças, avenidas, edifícios históricos, margem de rio mais o suntuoso conjunto da Igreja Evangélica, praça da Fonte sem os luminosos, considerando ainda a soberba reserva paisagística da família Odebrecht, felizmente intacta e bem preservada comporiam o portal majestoso de Blumenau, antiga cidade jardim. Infelizmente um desejo, uma utopia que não passa pelos projetos de nossa prefeitura.

Nossa prefeitura está interessada em afagar a indústria da construção que nos traz divisas. O que é uma boa ideia mas não pode ser a única porque outras coisas também aportam divisas. Dizem que a felicidade de um povo numa cidade bem tratada não tem preço.

As divisas aportadas pela construção civil são aplicadas onde? Mais o parque residencial e de escritórios cresce, menos investimento em infraestrutura temos. Menos investimentos nos postos de saúde, sempre lotados, nas escolas pouco aparelhadas. Os corredores de acesso aos bairros continuam em frangalhos depois de anos. Os edifícios são concluídos, ocupados com pessoas, seus bens e seus automóveis que devem trafegar em ruas mal sinalizadas, mal iluminadas, esburacadas, sem estações regulares, na maior parte sem calçadas pavimentadas, com postes e placas com todo tipo de dizeres e distrações aos motoristas, além dos enormes painéis publicitários, exageradamente expostos em qualquer lugar da cidade. A cidade é um balcão de negócios para todo tipo de empresa menos para o cidadão que não tem vez neste balcão lucrativo. Não é justificável o aumento de área a construir na região central promo-

vido pela prefeitura, modificando o Plano Diretor para agradar empresários da construção civil, no momento que se vê os congestionamentos tornarem esta área mais e mais poluída, cada vez um flagelo para quem precisa no centro trafegar. Por que não incentivar área construída em bairros?

Além dos antigos flagelos de viver nos bairros da cidade sem infraestrutura urbana adequada, sofremos com decisões de gabinete, tal qual a malfadada Lei Complementar 751, aprovada em 2010 e que altera para maior o gabarito dos edifícios a serem construídos na área central. Imagine o centro da cidade dentro de dez ou vinte anos com sua área construída multiplicada e o número de automóveis e pessoas, igualmente multiplicados. Para resolver este futuro problema a prefeitura apresenta um projeto de ponte. De acordo com o discurso oficial a referida ponte “aliviaria” o intenso fluxo na área central. Ninguém acreditou neste discurso e muita gente não consegue engolir este abacaxi, chamado ponte.

A cidade tem tantas opções de lazer desejadas pelo seu povo trabalhador mas a administração pública não percebe. O Centro da cidade, em fins de semana poderia se tornar num centro de atrações culturais, como acontece em muitas cidades de países mais humanos e mais cidadãos. Música, canto coral, artesanato, cinema, dança, moda, artes plásticas, literatura, poesia, culinária, cerveja, etc., etc. Mas não se vê, nada se sabe, ninguém conhece, embora o grande número de turistas que ocorrem a nossa cidade. E o povo que aqui mora fica esperando o Papai Noel no começo de dezembro no chamado Magia de Natal. Nada contra, mas a cidade poderia ser mágica o ano inteiro.

Nem vou falar das favelas que estão há mais de 40 anos na cidade. Entra governo e sai governo, todos prometendo tudo, inclusive programas federais de casas populares e outras casas e as favelas continuam penduradas em suas precariedades... nossa cidade real.



# Fundações e ensino superior público

A polêmica em torno das fundações como alternativa para melhoria do ensino superior brasileiro

POR JORGE EDUARDO SCARPIN, professor de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Paraná e Ex-docente da FURB

< jscarpin@gmail.com >

Quem não gostaria de viver em um país onde o ensino superior fosse público, gratuito, universal, de qualidade, com os docentes sendo muito bem remunerados e com infraestrutura de primeiro mundo? Creio que eu, você e todos os brasileiros gostaríamos deste cenário. Entretanto, é a situação que temos hoje? Infelizmente não. É a situação que teremos a curto prazo? Infelizmente não. É a situação que teremos no médio prazo? Infelizmente, creio que também não. Por que? Porque, nossa estrutura tributária e de gestão pública está viciada e ajustes serão complicados e demorados para serem feitos.

Nos países europeus desenvolvidos, onde a situação que mostrei acima acontece (embora lá também não seja o mundo perfeito), a carga tributária é bem mais elevada do que a nossa. Como exemplo, a alíquota máxima de imposto de renda para o trabalhador brasileiro é de 27,5%, enquanto que em alguns países europeus, passa de 50%. E então vem uma questão: se um político promettesse que, se ganhasse a eleição para presidente aumentaria o imposto de renda para 50%, mas em troca ofereceria serviços de primeiro mundo, ganharia a eleição? Tenho certeza que não e teria uma quantidade inexpressiva de votos.

Sendo assim, o que fazer? O teólogo inglês William George Ward dizia que "o pessimista queixa-se do vento, o otimista espera que ele mude e o realista ajusta as velas".

Podemos nos queixar do governo, reclamar que o dinheiro para a educação superior é pouco e que precisamos de mais investimentos e que é função do Estado prover os recursos, etc. Todas as reclamações são corretas e devemos efetivamente exigir isto, mas exigir sem fazer nada em troca é apenas se queixar do vento.

Também podemos confiar cegamente no governo que vai, um dia, resolver todos os problemas e então, esperamos que o vento mude.

Finalmente, podemos ajustar as velas. E diversas Instituições Públicas de Ensino Superior foram por este caminho, criando fundações vinculadas a um ou mais cursos, fazendo com que uma mesma Instituição pudesse possuir diversas fundações.

Como as fundações conseguem obter recursos? Basicamente ofertando cursos de especialização pagos e fazendo parcerias com empresas em projetos de pesquisa. E quais as vantagens para o curso? As fundações precisam destinar uma parcela dos seus recursos para a Universidade (regra estipulada no estatuto), porém podem alocar este recurso diretamente ao curso,

não caindo na burocracia de enviar o dinheiro para o caixa único da universidade e depois lutar para ter este dinheiro revertido de volta para o curso, já que nem sempre esta vinculação é automática, por conta da enorme cadeia

**As fundações são a melhor saída para a melhoria do ensino público superior brasileiro? Com certeza não. Mas entre apenas reclamar do vento exigindo verbas para a educação e ajustar as velas, prefiro um ajuste de velas**

política que toda universidade pública possui.

Tenho um exemplo bastante concreto sobre o tema, remetendo aos meus tempos de aluno da USP. Minha primeira experiência foi na graduação, de 1992 a 1995 e a segunda como doutorando de 2004 a 2006 e depois disso com pesquisas com diversos professores de lá, além da participação em congressos na área de Ciências Contábeis, dentro da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, ou simplesmente FEA-USP.

No meu tempo de graduação, as fundações não tinham papel ativo, era algo mais para estudos, com exceção da FIPE que atuava basicamente na ela-

boração do índice de inflação, denominado IPC-FIPE. Nesta época a FEA/USP era composta de dois prédios, sendo o primeiro com as salas de aula de graduação e pós-graduação, parte administrativa, cantina, sala de professores, secretaria, centro acadêmico e tudo o mais, em um prédio com apenas dois pavimentos, chamado FEA-1. A estrutura das salas de aula era bem precária, com carteiras velhas, algumas praticamente quebradas, um quadro negro seminovo e nada mais do que isto. O segundo prédio era a biblioteca. Esta estrutura era padrão praticamente na USP toda.

No ano de 1995, salvo engano, as fundações feanas, FIPE (Economia), FIA (Administração) e FIPECAFI (Ciências Contábeis) começaram a atuar de maneira mais presente na captação de recursos e assim iniciar a reforma e ampliação da FEA. E qual foi a consequência disto em menos de dez anos? Vamos lá:

O antigo FEA-1 foi totalmente modernizado, com reformas nas salas de aula da graduação, em parceria com empresas, onde cada empresa "adotava" uma sala, equipando-a, em troca de uma placa com seu nome em uma das paredes; a cantina foi retirada do prédio para aumentar o espaço e apenas a área administrativa do curso de economia permaneceu no prédio.

Foram construídos mais dois prédios administrativos, de quatro pavimentos cada, sendo um para o curso de administração e outro para o de ciências contábeis. No prédio que mais frequento, o de ciências contábeis (chamado FEA-3) há a parte burocrática (secretarias), salas para os grupos

de pesquisa, com cada grupo tendo a sua sala individual, sala de reuniões e uma sala para cada docente do departamento, tanto para os que atuam na pós-graduação, quanto para os que atuam apenas na graduação. E aqui para os colegas docentes uma provocação: já viram esta estrutura em quantas Universidades Públicas no país?

Houve também alterações estruturais na biblioteca, com sua ampliação e modernização.

Como o FEA-1 ficou apenas com as salas da graduação, foi construído um prédio específico para a pós-graduação dos três cursos, com salas para secretaria, laboratórios e salas de aula, além de um auditório para palestras em eventos de maior porte.

Finalmente, a cantina ganhou um prédio específico, com espaço para um amplo restaurante. E todas as reformas e construções praticamente bancadas com recursos das Fundações.

No ano de 2012 fui ao Congresso USP de Controladoria e Contabilidade acompanhando a turma de Graduação de Ciências Contábeis da FURB e fui mostrar para eles o Campus da USP. Infelizmente, o que eu vi nos cursos que rejeitaram o modelo de fundação foi desolador. Praticamente a mesma estrutura dos meus tempos de graduação, porém 20 anos mais velha.

Finalmente, as fundações são a melhor saída para a melhoria do ensino público superior brasileiro? Com certeza não. Mas entre apenas reclamar do vento exigindo verbas para a educação e ajustar as velas, prefiro um ajuste de velas, mas acompanhado de reclamações sobre o vento e sempre esperando que ele mude.

Google Imagens



# Conheça a nossa Pauta de Reivindicações

Servidores da FURB aprovam reivindicações para a Campanha Salarial 2013

## I - CLÁUSULAS ECONÔMICAS

1.1 Reposição das perdas salariais acumuladas, calculadas com base na média dos índices (IPC - FIPE, IPCM-FGV, ICV - DIEESE, INPC e IPCA - IBGE, IVGP - FURB) no período de março/2012 a fevereiro/2013, incidindo sobre os salários de fevereiro de 2013 no percentual de 6,58% (prévia), com índices de fevereiro/2013 a atualizar após divulgação oficial dos órgãos apuradores.

1.2 Reposição de 10,43%, que deveriam ter sido pagos, referente a perdas remanescentes de períodos anteriores.

1.3 Antecipação de 50% (cinquenta por cento) do décimo terceiro salário para o mês de agosto/2013.

1.4 Incluir nas diretrizes orçamentárias, política salarial que contemple a reposição integral das perdas, sem parcelamento.

1.5 Alteração referente ao pagamento de serviços extraordinários, mediante regulamentação de acordo com o artigo da LC 746 e de acordo com o Decreto 8612/2008, incluindo os contratos celetistas.

1.6 Encaminhar imediatamente ao Conselho Universitário, proposta de regulamento dos direitos garantidos pela LC 746 que dependem de regulamentação interna, em especial no que trata:

1.6.1 - Art 29 Regulamentação referente à conversão de férias em abono pecuniário.

1.7 Aplicar e cumprir a LC 681, que regulamenta o serviço de plantão e regime de sobreaviso.

1.8 Alterar o art. 38 da LC 748 que trata da licença-prêmio, alterando o período decenal pelo quinquênio ou a proporcionalidade do último período pré-aposentadoria.

## II - CLÁUSULAS SOCIAIS

2.1 Implementar política de redução da jornada de trabalho dos servidores para 36 horas semanais.

2.2 Suspender qualquer nova terceirização na FURB de funções que podem ser mantidas/criadas como cargos no plano de carreira dos servidores e realização de concurso público para preenchimento das vagas ocupadas pelos terceirizados.

2.3 Ampliar concessão do benefício de abatimento de mensalidade incluindo:

2.3.1 Concessão aos servidores aposentados e seus dependentes nos cursos oferecidos pela Universidade.

2.3.2 Inclusão dos cursos sequenciais na política de benefícios.

2.3.3 Revogação do teto de desconto das mensalidades dos cursos de graduação.

2.4 Corrigir as condições de trabalho inadequadas, perigosas e insalubres nos diversos campus da FURB, com a regularização imediata de laudos periciais.

2.5 Ampliar e reestruturar áreas de convivência nos diversos campi da FURB.

2.6 Encaminhar proposta de Lei Municipal que cria a CISSP (Comissão Interna de Saúde do Servidor Público) e SESMT (Ser-

viço Especializado de Saúde e Medicina do Trabalho) na FURB.

2.7 Criação de uma política alimentar da Universidade que vise a ampliação da qualidade, oferta adequada dos alimentos comercializados na FURB, diminuição dos preços, maior conforto aos clientes, condições higiênicas do ambiente e quebra do monopólio de exploração das cantinas.

2.8 Reestruturação da Divisão de Gestão de Pessoas, compreendendo:

§ Ampliação da equipe técnica funcional (ex.: contratação de psicólogo(s));

§ Qualificação e desenvolvimento contínuo de pessoas, incluindo os terceirizados, com a participação do SINSEPEP para definir os cursos de qualificação;

§ Programa de qualidade de vida no trabalho;

§ Bolsa de oportunidades.

§ Cumprimento das normas e procedimentos internos e externos.

2.9 Garantir representação do SINSEPEP nas negociações referentes aos convênios sociais.

## III - CLÁUSULAS ACADÊMICAS

3.1 Efetivar política de pesquisa e extensão que garanta a alocação efetiva das horas de pesquisa e extensão para todos os docentes da instituição.

3.2 Preservar as instâncias colegiadas de tomada de decisões.

3.3 Redução do mínimo de 16 (dezesesseis) para 12 (doze) horas-aula no ensino de graduação, para professores vinculados a programas de pós-graduação *stricto sensu*, visando atender as exigências dos Comitês de Área da Capes, a criação de novos doutoramentos e o aumento da produção científica dos docentes.

3.4 Ajustar a transição administrativa dos cargos eletivos ao período de definição da carga horária semestral.

3.5 Revisar as regras de disponibilidade de carga horária de docentes para confecção de horários.

3.6 Reavaliar as vagas para enquadramento de docentes no regime de Tempo Integral.

3.7 Considerar na planilha de horário todas as atividades não contempladas formalmente, tais como: preparação das aulas, correção de trabalhos e reuniões.

3.8 Extinção do sistema de alocação de horas e melhoria do sistema de avaliação das atividades docentes.

## IV - CLÁUSULAS SINDICAIS

4.1 Esclarecimento detalhado e permanente à comunidade universitária sobre os encaminhamentos relativos ao cumprimento dos TACs, assinados pela FURB com o MPSC, e seus efeitos correlatos.

4.2 Assegurar a manutenção do Processo de Negociação Coletiva Permanente e Contratação Coletiva das Cláusulas pactu-

adas entre o Sindicato e a Administração da FURB.

4.3 Garantir a manutenção dos acordos sindicais nas Resoluções desta Instituição, só podendo haver rompimento mediante novo acordo.

4.4 Garantir a divulgação antecipada à comunidade universitária da pauta das reuniões dos conselhos superiores. Além disso, implementar o sistema de transmissão das reuniões dos conselhos superiores conforme aprovado em 2001.

4.5 Garantir a regularização do vínculo empregatício dos servidores técnico-administrativos e professores contratados com vínculo consolidacional por contrato de prazo indeterminado.

4.6 Calendarização de reuniões periódicas mensais entre Reitoria e SINSEPEP para acompanhamento das reivindicações e garantia de cumprimento dos compromissos assumidos.

4.7 Criação de uma Estatuinte, democrática e participativa, para revisão e proposição de alterações da legislação que regulamenta os direitos dos servidores da FURB.

4.8 Instalar imediatamente processo, aos moldes do item 4.7 e com participação do SINSEPEP, para formulação de anteprojeto de lei para alterar a LC 746, em especial no que trata:

4.8.1 - Art 16 Ampliar concessão de auxílio creche também para os pais.

4.8.2 - Art 17 Equiparação do valor do auxílio para servidores com filhos com deficiência ao auxílio creche, além de prever possibilidades de redução de carga horária e licença. Extensão do benefício para aplicação no caso de quaisquer dependentes, não restrito apenas aos filhos.

4.8.3 - Arts 38 a 42 Modificar critérios de gozo e contagem de tempo para fins de Licença Prêmio por Assiduidade.

4.8.4 - Modificar critérios para fins de Licença por motivo de doença em pessoa da família.

4.8.5 - Art 60 inciso V: exclusão do "art 84" estendendo aos servidores da FURB o Auxílio Alimentação conforme regulamentação municipal.

4.8.6 - Discutir a possibilidade de equiparar a licença maternidade para mães adotantes (prevista na Lei Complementar 660/2007, artigos 277 e 278) igual à licença para mães biológicas, independente da idade da criança.

4.9 Instalar imediatamente processo, aos moldes do item 4.7 e com participação do SINSEPEP, para formulação de anteprojeto de lei para alterar a LC 745, em especial no que trata:

4.9.1 - Art 41 Alterar possibilitando que os professores enquadrados no regime TI 32 sejam enquadrados à modalidade que melhor se ajustar, conforme Art 20.

4.10 Alterar a Res. 37/2010, embasado seu conteúdo na regulamentação federal, tendo como referência os critérios da CAPES, tanto na modalidade de graduação quanto *stricto-sensu*.

# Parceria entre Pomerode e Alemanha

SHIP-Brasil – Estudo das Condições de Vida e Saúde da População de Pomerode é aprovado pelo Conselho Universitário

POR CAIO MAURICIO MENDES DE CORDOVA, Departamento de Ciências Farmacêuticas da FURB

POR JOÃO LUIZ GURGEL CALVET DA SILVEIRA, Departamento de Odontologia da FURB

POR ERNANI TIARAJÚ SANTA HELENA, Departamento de Medicina da FURB

No último dia 21 de fevereiro, o CONSUNI da FURB deu um passo histórico para o ensino, a pesquisa e a extensão em nossa Universidade. Foi institucionalizado o Estudo das Condições de Vida e Saúde da População de Pomerode – SHIP-Brasil. Trata-se de um estudo de base populacional, com uma amostragem aleatória estimada em 3.091 voluntários, que representarão a população daquele município na busca da identificação dos fatores ambientais, sócio-econômicos, comportamentais e fisiopatológicos que possam afetar a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Este grupo de pessoas (coorte) será acompanhado ao longo

de anos pelo estudo, em sucessivos períodos de coleta de dados, o que dá ao estudo um caráter contínuo, potencializando seu poder de análise sobre o papel dos diferentes fatores determinantes da saúde dos participantes. Além de diferentes questionários, avaliando inclusive a saúde mental, serão realizados uma série de exames físicos e de imagem, além de inúmeras análises laboratoriais, após o consentimento dos voluntários selecionados. Uma das importantes características do estudo SHIP é que ele não é limitado a uma ou a um certo grupo de doenças. Trata-se de um exame bastante abrangente, o que possibilita a detecção de um número e variedade muito grande de eventuais transtor-

nos à saúde. Outra característica importante é que o SHIP-Brasil irá replicar a mesma metodologia utilizada no estudo SHIP original, conduzido pela Universidade de Greifswald, na região da Pomerânia Alemã. Serão utilizadas as mesmas tecnologias e procedimentos, o que permitirá a comparabilidade entre os dois estudos. Além disso, o controle de qualidade será de altíssimo nível, fazendo uso do 'know-how' de nossos parceiros alemães. Estas características tornam este estudo único no mundo, pois estudos epidemiológicos similares carecem de harmonização de seus procedimentos e tecnologias utilizadas, o que comumente inviabiliza as análises comparativas.

**O SHIP-Brasil irá replicar a mesma metodologia utilizada no estudo SHIP original, conduzido pela Universidade de Greifswald, na região da Pomerânia Alemã, o que permitirá a comparabilidade entre os dois estudos**

## O programa

O SHIP teve início em 1997, quando quatro mil habitantes da Pomerânia, com idades entre 20 e 79 anos, foram selecionados para participar do estudo. A partir desta triagem, foram recolhidas periodicamente amostras de sangue, mucosa, saliva e urina e realizados exames de ultrassonografia, ressonâncias magnéticas de corpo inteiro e consultas odontológicas, entre outros. Também foram feitos questionários abordando doenças familiares e hábitos como alcoolismo, sedentarismo e tabagismo. Em 15 anos de acompanhamento clínico, o SHIP se tornou um dos programas de exames mais abrangentes do mundo, trazendo altos impactos para a produção científica na área da Saúde e no desenvolvimento, a partir das informações geradas, de políticas públicas de prevenção e tratamento de doenças.

Os primeiros contatos entre a universidade alemã e a FURB ocorreram na metade de 2011, graças ao paulista Marcello Markus, que trabalha como pesquisador em Greifswald. Quando descobriu a história de Pomerode e sua população, que ainda traz uma forte herança genética dos imigrantes pomeranos, enxergou uma oportunidade de internacionalizar o SHIP. Na Alemanha, o programa está prestes a ser nacionalizado. E além da experiência no Vale do Itajaí, a pesquisa também deve ser iniciada em regiões da Inglaterra, Chile e Cazaquistão que receberam imigrantes da Pomerânia.



Pomerode - SC - Brasil

Com a institucionalização e o efetivo início do projeto, é dado um grande passo para colocar a FURB não só no mapa nacional, mas também no mapa mundial da pesquisa em saúde, ao lado de grandes e renomadas instituições, o que deverá colaborar para tornar nossa universidade também uma referência na área. E com isso ganhamos todos, estudantes, comunidade acadêmica, e comunidade regional.

Um dos importantes desdobramentos do projeto é a identificação de fatores que possam interferir nos agravos à saúde da população, possibilitando aos gestores das políticas públicas atuar com mais eficácia nas questões que precisem ser melhoradas. Identificando melhor e mais cedo a existência das doenças e os fatores que o geram, é possível implementar não só tratamentos eficazes de forma mais precoce, mas também trabalhar com mecanismos de prevenção, uma vez conhecidos os fatores que desencadeiam as morbidades.

O estudo SHIP-Brasil começou a ser planejado em 2011, quando pesquisadores da Universidade de Greifswald procuraram alguns colegas na Universidade de Blumenau, interessados na história de fundação da cidade vizinha de Pomerode, por imigrantes daquela região, há 150 anos. Após a reunificação da Alemanha, foi

identificado que a região de Mecklenburg-Vorpommern apresentava os piores indicadores de qualidade de vida e saúde em todo o

**Pela primeira vez, diferentes grupos de pesquisa uniram-se para, despidos de egos e objetivos individuais, construir um projeto em conjunto, cujo resultado será muito maior do que a simples soma das partes**

país, e houve um grande investimento em pesquisa para se identificar os fatores relacionados a esses indicadores. Assim, nasceu o estudo SHIP (Study of Health In Pomerania), que tornou a Universidade de Greifswald referência no ensino e pesquisa em saúde na Alemanha. Inúmeros resultados foram gerados pela pesquisa, que ainda continua, e a possibilidade de comparar os fatores que possam estar influenciando as condições de vida e saúde de uma parcela da população que imigrou da antiga Pomerânia para o Brasil, há um século e meio, além da avalia-

ção de como estes fatores também influenciam a população não descendente de alemães, vivendo em Pomerode, em comparação com os dados de Greifswald, utilizando os mesmos padrões metodológicos, constitui-se uma oportunidade científica única. Após a visita inicial dos pesquisadores alemães ao Brasil, a administração superior da FURB retribuiu a visita à Greifswald, onde firmou convênio para a colaboração inicial entre as duas instituições. Em 2012 começaram os trabalhos de planejamento, com reuniões entre os pesquisadores brasileiros e alemães.

O orçamento para a primeira fase da pesquisa está estimado em R\$ 3,5 milhões. Quase R\$ 1 milhão já foi captado via fomento à pesquisa por um edital FAPESC/MS/CNPq, o que garante o início do projeto. Para a realização dos exames mais elaborados, nas amostras biológicas que ficarão armazenadas, novos recursos estão constantemente sendo buscados. Entre dezembro de 2012 a fevereiro de 2013 estivemos realizando uma missão científica em Greifswald, buscando definir e harmonizar os procedimentos a serem utilizados no estudo SHIP-Brasil. A visita possibilitou também o início de nossa colaboração na análise conjunta de dados, utilizando os resultados já existentes na pesquisa alemã, mas com per-

guntas científicas originárias de nossos próprios grupos e linhas de pesquisa na FURB, o que resultará imediatamente nas primeiras publicações em conjunto, entre as duas universidades.

Pela primeira vez, os diferentes grupos de pesquisa da área da Saúde, das Ciências Biológicas, das Ciências Sociais e da Tecnologia da Informação, uniram-se para, despidos de egos e objetivos individuais, construir um projeto em conjunto, cujo resultado será muito maior do que a simples soma das partes.

Os desafios por vir são ainda enormes, mas esta construção coletiva do processo foi talvez uma das etapas mais gratificantes, e que além do indiscutível mérito científico e potencial de projeção de nossa instituição, mostra que uma universidade, mais do que tudo, é feita essencialmente de pessoas. Pessoas que, quando despertadas e desafiadas em seu potencial, são capazes de surpreender e superar obstáculos atingindo objetivos e níveis de qualidade em pesquisa antes considerados impensáveis.

Neste sentido, aproveitamos para expressar nossos mais profundos agradecimentos a todos os colegas que aceitaram encarar este desafio, ao apoio institucional recebido, e a colaboração essencial do poder público do Município de Pomerode.

# Conseqüências de um modelo excludente de cidadania. Um ponto de vista feminista

No mês das mulheres, uma visão sobre as lutas e desafios a serem conquistados por elas

POR ILZE ZIRBEL, *historiadora e doutoranda em Filosofia pela UFSC*

< izarbel@yahoo.com.br >

Acada novo 08 de março nos deparamos com conversas e opiniões variadas sobre o tal Dia Internacional da Mulher. Um dia considerado de luta e de comemorações, o que em si já parece uma contradição. Afinal, quando se está em luta, pouco se comemora. Quando se comemora, não se pensa na luta.

Em verdade, me parece que este dia assumiu ares de comemoração mais do que de compromisso por mudanças. Fala-se na luta, mas se quer é comemorar. Comemorar o quê? As conquistas, me dizem. E em seguida me explicam que são inúmeras, que há muitos anos as mulheres não podiam fazer nem metade do que fazem hoje. E tenho de concordar. Em seguida, me vêem à cabeça as afirmações de Eric Hobsbawm (um historiador britânico por quem aprendi a nutrir um profundo respeito) de que a maior revolução do século XX no ocidente foi a das mulheres. A maior pelo número de pessoas que atingiu e pela quantidade de coisas afetadas diretamente por esta mudança.

Talvez isso explique a ideia comum que circula em torno de nós de que já não há mais muito por que lutar. Uma ideia que se materializa em frases como "o que mais querem as mulheres?", "As mulheres já conquistaram tudo o que queriam", "O feminismo não faz mais sentido hoje", "Machismo? É coisa de poucos" etc. Em seguida, aparecem os exemplos que reforçam a ideia: "até já temos mulheres dirigindo ônibus, caminhão e taxi", "mulheres dirigindo empresas", "mulheres governando países como a Alemanha e a Argentina", "Temos até uma presidenta no Brasil!". O espaço público está cheio de mulheres!!!! (Isso não deveria ser o normal já que a sociedade é composta de pessoas de ambos os sexos e outros mais?). Por fim, tenho de me submeter ao tal "antigamente não era assim".

Mas nunca consigo evitar de pensar que o contraste com o passado não é suficiente para redimir o presente de suas próprias doses de erros.

Acostumada a pesquisar a história das mulheres no ocidente, me deparo com o esforço contínuo e desgastante de inúmeras gerações de estudantes, donas-de-casa, operárias, professoras, jornalistas, doceiras, escritoras, prostitutas, mães, filhas, líderes religiosas, parteiras, militantes políticas, moradores de rua (e tantas outras) em se fazerem respeitar por outras mulheres e um imenso número de homens. O tempo e o contexto histórico mudam, mas a demanda por respeito igual permanece.

O que mais querem as mulheres? O que todo ser humano quer de seus semelhantes: o direito de ser olhado nos olhos e ser aceito e respeitado como um igual.

Esse tema da igualdade "é pano prá muita manga". Mas preciso escolher um pedacinho qualquer de tecido para completar este texto. Optei, então, por um retalho antigo e mal remendado da nossa história política moderna. Um retalho que ditou moda e continua nos servindo de vestimenta geral ao criar um modelo de "cidadania para alguns e não para todos/as".

Central para este modelo é a ideia de fronteira, de um limite que separa duas ou mais coisas entre si ao mesmo tempo que as define como diferentes e mesmo opostas. Central também é seu tempo histórico, os séculos XVII e XVIII, séculos das mudanças agudas advindas do mercantilismo e da chamada revolução industrial.

Com a diminuição das distâncias e do surgimento de aglomerados humanos em torno de pequenas fabriquetas que viravam grandes fábricas e novas cidades, as regras comunitárias de outrora se chocavam com as novas práticas e as novas fortunas. Tornava-se necessário a ordenação desses grupos de pessoas vindos de diversos lugares e sem muita relação entre si além do mísero salário e do local de trabalho.

Soluções de problemas concretos com base em experiências concretas foram substituídas por regras gerais e abstratas. Além

disso, a moral comum (de procurar respeitar e manter a comunidade) precisou dar lugar a uma moral individual mais adequada ao mercado, a do homem "autô-

**O tempo e o contexto histórico mudam, mas a demanda por respeito igual permanece. O que mais querem as mulheres? O que todo ser humano quer de seus semelhantes: o direito de ser olhado nos olhos e ser aceito e respeitado como um igual**

no" que persegue seu próprio interesse.

Teorias políticas passaram a estabelecer o final das monarquias e o início de algo que se convencionou chamar de democracia. Nesse processo, uma elite política e econômica passou a definir as fronteiras entre o público e o privado, o dependente e o independente, o remunerado e o não-remunerado, o cidadão e a não-cidadã.

O cidadão modelo passaria a ser o "chefe de família", "independente" e trabalhador. O seu mundo seria o mundo do público, das regras gerais, da igualdade formal, do trabalho, da racionalidade, do emprego remunerado. Todo o restante ficaria do outro lado da fronteira, no campo do privado: suas crenças, suas emoções, seus problemas, suas necessidades (afetivas e físicas), sua saúde, sua família, a criação de seus filhos, seus valores éticos e morais etc.

A partir dali, a sociedade passou a ser definida como um conjunto de pessoas unidas por um contrato que lhes garantiria o direito à vida, à liberdade e à propriedade privada, em troca do dever de não interferirem na vida dos outros (incluindo a daqueles que enriqueciam de forma inescrupulosa e/ou subjugavam seus

familiares, amigos e/ou empregados/as).

A ideia de independência substituiu a da interdependência da comunidade nos processos de dependência humana (de ser nutrido diariamente, socorrido em momentos de dificuldades, de aprender a se comunicar, de receber apoio e afeto, etc.).

Panfletos sobre economia circulavam nas principais capitais européias desde o século XVII, discutindo formas de gerenciar e enriquecer uma nação. Nesse período se implementaram as leis dos pobres na Inglaterra, estabelecendo a Igreja como única administradora de auxílio à população empobrecida e o trabalho como pré-requisito para se poder receber auxílio/caridade. A mendicância e a vagabundagem (entendida como perambular pelas ruas, sem emprego) passaram a ser punidas com prisões e castigos. Para recolher aqueles que se encontravam fora dos locais de trabalho (sem emprego ou por opção), foram criadas Casas de Trabalho que deveriam corrigir e instruir de mendigos, desocupados, órfãos e miseráveis.

No século seguinte, com a revolução industrial, a obrigatoriedade do trabalho no mundo público se intensificou levando à justaposição das categorias de cidadão e de trabalhador (entendido como participante da produção da riqueza nacional). Assim, quando a Lei do voto inglesa de 1832 foi regulamentada, este privilégio foi concedido a arrendatários e locatários, reconhecendo as reivindicações políticas daqueles que podiam oferecer a evidência do seu sucesso econômico. De igual forma, aos trabalhadores assalariados foram acordados os direitos chamados de "trabalhistas".

Toda a gama de atividades efetivadas no mundo definido como privado, por não gozar do *status* de trabalho, não foi merecedor dos mesmos direitos. O que ocorria no espaço do privado era entendido como descanso, não-atividade, lazer.

Um modelo de família consolidou-se. Compreendida como o lugar do parentesco, uma unidade dirigida por um chefe autônomo e livre (por ter um salário, era livre para poder participar do jogo de trocas e escolhas do mercado). Assim se solidificava a imagem do homem provedor, representante político de seus dependentes consanguíneos. A partir desse modelo, os benefícios das políticas estatais passariam por ele.

A contrapartida do homem-provedor-independente (a mãe-esposa-cuidadora), não possuiria suas atividades reconhecidas como de valor político ou social por se darem no mundo privado e serem descritas como decorrentes do afeto e das relações familiares (e não da necessidade dos indivíduos e da sociedade). Além disso, suas capacidades morais e físicas, consideradas inferiores, legitimariam seu *status* de dependência e inaptidão para o político.

Ao mesmo tempo que se atrelavam os direitos sociais masculinos ao trabalho remunerado, os direitos sociais das mulheres eram atrelados ao estatuto delas como dependentes no interior da família e o trabalho que realizavam neste espaço era desqualificado como trabalho.

Em resumo, a mesma sequência de movimentos que estabeleceu um determinado grupo e uma determinada classe na direção política dos países ocidentais, estabeleceu as fronteiras físicas e morais do público e do privado, definiu o tipo de trabalho a ser considerado de valor (com direito a remuneração e estima social), o tipo de pessoa a ser considerada como apta ao político (com salário), o modelo de família a ser amparado pelas leis/Estado e o papel desejável para homens e mulheres.

Em meio a este processo, as atividades básicas de cuidado, necessárias a qualquer vida humana,

ficaram atreladas à esfera do privado, pensadas como uma preocupação individual, concernente ao mundo dos afetos e atreladas a cidadãs consideradas de segunda classe (sem direito a voto, aposentadoria, seguro saúde ou desemprego).

Tanto as atividades básicas de cuidado e manutenção da vida (preparação cotidiana de alimen-

**A responsabilidade pela imensa quantidade de trabalho cotidiano, repetitivo e absolutamente necessário para que sigamos existindo como espécie, permanece assumida quase exclusivamente pelas mulheres**

tos, higienização de objetos, lugares e pessoas, desenvolvimento de crianças etc.) quanto as pessoas que as exerciam ficaram à margem do que seria idealizado como importante para as sociedades modernas e alvo de deliberação política e/ou estima social.

Trazendo a situação para a nossa sociedade globalizada, cidadãos "de segunda classe" continuam sendo designados para atividades essenciais que, na verdade, são compreendidas do ponto de vista político como inferiores. Assim, imigrantes, pessoas economicamente desfavorecidas ou de grupos étnicos historicamente mantidos em situação de inferioridade são contratadas "a preços baixos" e de modo informal nos "países desenvolvidos"

para fazer o que antes não era visto como trabalho: cuidar de crianças e idosos, fazer faxina, preparar refeições, passar roupa, varrer ruas etc.

Estados e grupos com poder aquisitivo fazem uso das fronteiras para manter sua situação de privilégio frente ao fornecimento de trabalhos essenciais a baixo custo por grupos de pessoas posicionadas fora do espaço da cidadania e das esferas de poder político.

Além disso, os privilégios se perpetuam nos espaços classificados como privados e nas relações intra-familiares de todas as classes e camadas sociais. A responsabilidade pela imensa quantidade de trabalho cotidiano, repetitivo e absolutamente necessário para que sigamos existindo como espécie, permanece assumida quase exclusivamente pelas mulheres. Um trabalho classificado como não-trabalho e jamais contabilizado nos cálculos econômicos gerais.

A invisibilidade dessas questões permite que se façam perguntas como as formuladas no início desse texto e que não se perceba o fato das mulheres terem cruzado a fronteira em direção ao público, mas o movimento inverso nunca ter sido realizado por uma quantidade significativa de homens. Permite também que se amenize o fato do Dia Internacional da Mulher ser um dia de recuperação das experiências e memórias do passado para se reafirmar e redefinir uma luta que diz respeito a nós todos/as. A luta por uma sociedade pautada em outros valores, profundamente mais solidária e justa.

Feministas ou não feministas, talvez seja esse o resultado que as mulheres ainda gostariam de obter. E, para o olhar de uma feminista, é um resultado pelo qual vale a pena lutar.



Google Images

# A política cultural e o triunfo do espetáculo

Um olhar crítico sobre a intenção dos gestores públicos municipais aproximarem a política cultural de Blumenau da atividade turística

POR MARTIN KREUZ, *historiador e professor*

<martink.professor@gmail.com>

A nova administração do Executivo blumenauense tem, pelos próximos anos, a tarefa de encontrar soluções para os grandes disparates cometidos pelo governo anterior: as obscuras negociações com o tratamento de esgoto, a incompetência em realizar projetos para a captação de recursos, o desmonte dos serviços de atendimento social... Por isso mesmo, partidos de oposição utilizaram repetidamente os adjetivos “desgoverno” e “ingerência” para se referir à administração anterior. E, talvez, a área que mais tenha sofrido com o descaso e incompetência do Executivo seja a área cultural. Um orçamento precário e insuficiente, o desmantelamento de equipamentos culturais, gestores ineptos: o jornal *Expressão Universitária* repetidas vezes abrigou em suas páginas textos que discutiam a lamentável situação daquela que ficou conhecida como “Afundação Cultural”.

Para intervir nesse quadro e recuperar a capacidade de agir e fomentar da Fundação Cultural, a recém-empossada administração afirma buscar soluções criativas para “viabilizar a busca de recursos financeiros e humanos que otimizem a utilização dos espaços públicos culturais da cidade”, conforme *release* divulgado pela administração no dia 21 de janeiro. O mecanismo visto como

prioritário para cumprir esse objetivo é a realização de parcerias e atividades conjuntas com a Secretaria de Turismo – ou, para utilizar as expressões do já citado *release*, o “alinhamento das pastas” e a “integração dos setores” (FCB, 2013). Mas, se a aproximação com a área de Turismo é um mecanismo de otimização das possibilidades culturais da Fundação, e não um fim em si mesmo, convém manter essa estratégia a longo prazo? Quais os riscos e consequências dessa aproximação?

Talvez suas implicações possam ser buscadas a partir de duas operações, duas linhas de força, oriundas do antigo sistema jurídico romano: consagração e profanação. Essas operações, que a despeito de sua origem ainda são centrais à modernidade, são identificadas e analisadas por Giorgio Agamben. Diz-nos o filósofo que a consagração era a operação pela qual subtraía-se da esfera humana uma coisa, pessoa ou animal, para destiná-la aos deuses. Por meio dessa operação, a coisa consagrada tornava-se exclusiva às divindades, e interdita ao uso humano. Já a profanação é a operação de agir sobre a coisa consagrada, isto é, separada da esfera humana, e restituí-la ao uso comum humano: “E se consagrar (*sacrare*) era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez,

significava restituí-las ao livre uso dos homens.” (2007, p. 65). Essas duas operações são complementares, interpenetráveis: onde há consagração, há a abertura, a possibilidade de sua profanação. Assim, no ritual de sacrifício ro-

**A atividade turística é, em essência, uma atividade produzida para e pelo espetáculo (...). O turista é movido principalmente pelo desejo de consumir visualmente e vivencialmente as paisagens e monumentos que já conhecia virtualmente**

mano, algumas partes do animal consagrado eram consumidas pelos homens depois de sua profanação, que se realizava pelo toque daquelas partes, pelo contágio.

Se inicialmente consagração e profanação são operações fundamentalmente religiosas, Agamben far-nos-á ver que elas se descolam da esfera religiosa e penetram outras esferas, como a economia, o direito ou a política. Todo ato de retirar algo da esfera humana

e torná-lo separado do livre uso humano é, essencialmente, um ato de consagração. Veja-se, por exemplo, as ruas da cidade: por que consagradas ao automóvel, passam a ser interditas ao livre uso das pessoas. Vejam-se os canteiros que amenizam o cinza dos concretos: são sobretudo um espetáculo visual, e qualquer ato de retirar uma flor destes é interpretado como vandalismo – que não é senão o vocábulo secularizado daquele conceito religioso de profanação.

Entretanto, Agamben também percebe o aprofundamento de uma tendência, umbilicalmente ligada ao próprio capitalismo espetacular, que é o empenho na criação do Improfanável:

“E como, na mercadoria, a separação faz parte da própria forma do objeto, que se distingue em valor de uso e valor de troca e se transforma em fetiche inapreensível, assim agora tudo que é feito, produzido e vivido – também o corpo humano, também a sexualidade, também a linguagem – acaba sendo dividido por si mesmo e deslocado para uma esfera separada que já não define nenhuma divisão substancial e na qual todo uso se torna duravelmente impossível. Essa esfera é o consumo.” (2007, p. 71).

O espetáculo, o consumo, marcam a impossibilidade de usar – e justamente por isso, a impossibilidade de sua profanação, sendo a profanação a restituição do que foi separado ao livre uso humano. E é nesse sentido que se pode agora entender a linha de força que guia a atividade do Turismo, a própria sacralidade, e a sacralidade de tipo especial do capitalismo espetacular, a sacralidade improfanável. A atividade turística é, em essência, uma atividade produzida para e pelo espetáculo: os caracteres culturais exóticos, singulares ou históricos que individualizam certa localidade são cristalizados em um espetáculo visual e vivencial, que pode ser agora comercializado e ofertado para o turista, esse produto da modernidade. O turista é movido principalmente pelo desejo de consumir visualmente e vivencialmente as paisagens e monumentos que já conhecia virtualmente: o turista vai a Paris (ou qualquer outra localidade turística) para registrar fotograficamente a Torre Eiffel (ou qualquer ponto tu-

rístico do local), a partir do mesmo ângulo das imagens que já vira milhares de vezes.

Mas por serem oferecidos como espetáculos turísticos, os caracteres culturais de dada localidade são cristalizados, congelados no tempo para satisfazer o interesse turístico – e tornam-se interditos ao livre uso. Alterações urbanísticas ou transformações culturais são combatidos por serem descaracterizações desse espetáculo turístico. Essa impossibilidade de usar, que caracteriza a atividade turística, é a marca da sacralização de que nos fala Agamben. Não à toa, o autor faz coincidir ao espetáculo turístico o Museu:

“Museu não designa, nesse caso, um lugar ou um espaço físico determinado, mas a dimensão separada para a qual se transfere o que há um tempo era percebido como verdadeiro e decisivo, e agora já não o é. O Museu pode coincidir, nesse sentido, com uma cidade inteira (Évora, Veneza, declaradas por isso mesmo patrimônio da humanidade), com uma região (declarada parque ou oásis natural), e até mesmo com um grupo de indivíduos (enquanto representa uma forma de vida que desapareceu). De forma mais geral, tudo hoje pode tornar-se Mu-



Fotos: Google Imagens

grada. Mas se a Cultura opera no sentido da consagração, ela também é movida pelo e no sentido da profanação das coisas sacras: o mesmo Duchamp autor de “A fonte” também agiu sobre o quadro de Da Vinci e, ao pintar um bigode na Gioconda, retirou o véu de sacralidade que o envolvia. A

seu, na medida em que esse termo indica simplesmente a exposição de uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência.” (AGAMBEN, 2007, p. 73).

A Cultura, por outro lado, é guiada pela potência profanatória, principalmente a partir de suas facetas artísticas. A arte é a contestação de nossos modos de existência e produção de sentidos, o permanente incômodo com o estado das coisas, a apresentação da pluralidade de opções e caminhos possíveis. E, principalmente, a arte é um meio de produzir experiências comuns em sociedade, que também são constantemente reelaboradas pelo próprio fazer artístico. A arte é devir, e devir potencialmente profanatório. O que não significa que a Cultura – ou a arte – seja absolutamente profanatória. Marcel Duchamp, por exemplo, retirou um objeto comum, um urinol, da esfera utilitária que o originara e transformou-o em obra de arte, consa-

**A atividade cultural não é reduzida à Fundação Cultural: a Cultura é produzida, vivida e experienciada independentemente daquela instituição. Mas é inegável que a Fundação é espaço importante de incentivo, apoio e visibilização da produção dessa Cultura**

Cultura não é, a princípio, sacralizadora ou profanatória, mas é aberta, possível, às operações de consagração e profanação.

Por isso, a aproximação da Cultura, potência profanatória, com o Turismo, absolutamente sacralizador, provavelmente significará a anulação daquele potencial presente na área cultural. A reduzida importância estratégica da pasta para o Executivo, o orçamento escasso e a intencionalidade – ou mentalidade – de seus gestores tornam-na um Davi diante do Golias que é a Secretaria de Turismo. Só que, ao contrário da fábula bíblica, não será Golias a capitular – o que significará um empobrecimento ainda maior da capacidade de produzir sentidos e experiências através da arte em Blumenau, e um domínio ainda mais opressivo da potência museificadora presente na cultura espetacular produzida pelo e para o Turismo.

A atividade cultural não é reduzida à Fundação Cultural: a Cultura é produzida, vivida e experienciada independentemente daquela instituição. Mas é inegável que a Fundação é espaço importante de incentivo, apoio e visibilização da produção des-

sa Cultura, de experiência social dessa produção. Permitir que ela sucumba é permitir a anulação de sua relevância social.

Diante desse quadro, poder-se-ia dizer, cinicamente, que qualquer coisa realizada na área cultural será melhor do que o que se teve ao longo da gestão anterior. Mas essa “qualquer coisa” que nos é apresentada não é satisfatória, e muito menos a única opção possível.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. Profanações. Tradução e apresentação: Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. 96 p. Tradução de: Profanazioni.

FCB. Fundação Cultural de Blumenau. Cultura e Turismo buscam soluções conjuntas. Disponível em: < <http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hgxp001.aspx?1,20,28,O,P,0,PAG;CONC;26;1;D;12338;1;PAG;,>> Acesso em: 14 fev 2013.



## diversas

**O SINSEPES quer saber:**

I  
Como está o processo de licitação das cantinas da FURB? Vence final de 2013 a licitação das cantinas da FURB. As reclamações em torno principalmente dos preços abusivos vieram à tona mais uma vez em assembleia da categoria, em 15 de fevereiro.

Como vai ficar esta nova licitação? Continuará nos mesmos moldes, com a exploração de servidores e alunos? Será que a universidade, com cursos de Nutrição e Gastronomia, não tem condições de assumir uma cantina?

Além disso, questiona-se o fato de que as empresas privadas subsidiem os alimentos em troca do abatimento de imposto de renda. No entanto, a universidade retém todo o imposto de renda dos servidores, o que gera em torno de R\$ 8 milhões/ano e não é capaz de subsidiar os alimentos.

II  
E como estão as negociações de repasse das verbas da Fundação Fritz Muller para a FURB?

**SINSEPES questiona aumento das gratificações por responsabilidade**

Não dá para entender a política adotada por esta gestão, na FURB. Se por um lado há o frequente argumento de que a folha de pagamento está crescendo de forma acelerada, por outro não se entende como a gestão onera a folha com a ampliação de gratificações por responsabilidade.

O SINSEPES alerta para a necessidade de se revisar esta política sob o risco de a situação financeira da universidade se agravar ainda mais.

**Universidade sedia mostra de filmes suecos feitos somente por mulheres**

Filmes escritos, estrelados, produzidos e musicados apenas por mulheres. Esta é a essência do Manifesto Doris, uma experiência nascida em 1999 em Gotemburgo, Suécia com o objetivo de fortalecer e apoiar a presença feminina na produção cinematográfica do país, além de debater a igualdade de gêneros nas telas de cinema.

Nos dias 27 e 28 de maio, a FURB vai sediar um intercâmbio de três dias com cineastas da Rede Doris, como também é conhecida. O evento terá projeção destes filmes, além de mesa redonda com convidados suecos e brasileiros, palestras e um workshop sobre roteiro para cinema.

Desde 1999, o manifesto já gerou oito curtas e um longa-metragem, cujos trechos podem ser assistidos online (com legendas em inglês). Além das produções, a Rede Doris desenvolve uma competição nacional na Suécia de roteiros para rádio (Radio Doris), além do projeto Doris na Escola, que leva aos professores da região de Gotemburgo questões e reflexões sobre igualdade de gênero, pensamento crítico e análise de filmes.

**SINSEPES traz a Blumenau estudiosa do movimento feminista no Brasil**

O Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPES) trouxe a Blumenau sexta-feira, 8 de março, a historiadora, doutoranda em Filosofia pela UFSC e especialista em estudos feministas, Ilze Zirbel. A palestra ocorreu no auditório da Biblioteca Central da Furb e reuniu servidores, professores e estudantes.

Ilze abriu a palestra agradecendo as mulheres que lutaram no passado para garantir os direitos usufruídos por todas as mulheres nos dias de hoje. A apresentação durou cerca de uma hora e girou em torno do movimento de mulheres no Brasil a partir dos anos 1970.

Em alusão ao Dia Internacional da Mulher, o encontro refletiu sobre os desafios a serem enfrentados pelas mulheres e a trajetória do movimento feminista brasileiro. Lembrou ainda episódios como a Marcha das Vadias e a cobertura sensacionalista da grande mídia, que costuma se interessar apenas pelas mulheres que tiram a roupa, reduzindo o movimento cujo objetivo principal é chamar a atenção para a violência contra a mulher. A explanação rendeu debate e questionamentos da plateia.



Magali Moser

**A Onda**

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, escritor

&lt;viegas@furb.br&gt;

**E**m 2008 Dennis Gansel adaptou para o cinema o episódio conhecido como “A Terceira Onda”, acontecido na Califórnia (EUA) em 1967, onde o professor de História Ron Jones, após ser questionado sobre a responsabilidade do povo alemão nas atrocidades do nazismo, produziu um experimento junto aos seus alunos no qual tentou mostrar os riscos de se seguir um líder. No experimento de Jones, os estudantes organizaram uma espécie de movimento internamente solidário, fascista, e que extrapolou as paredes da sala de aula, fugindo ao controle do professor e assumindo aspectos violentos. Apesar das consequências trágicas (um dos alunos teve a mão decepada enquanto manipulava explosivos), a experiência demonstrou a facilidade com que nos entregamos à manipulação e aos discursos autoritários.

No filme de Gansel, intitulado “A Onda” (“Die Welle”), a história é adaptada para a Alemanha contemporânea, e assume aspectos ainda mais contundentes. O protagonista Rainer Wenger (Jürgen Vogel), interpretando Ron Jones, é um professor de posturas libertárias de uma escola alemã. Com vasta vivência em movimentos alternativos, presta-se a lecionar um curso sobre o anarquismo, mas tem sua intenção frustrada por um colega ortodoxo que assume para si esta cadeira. Irritado, resolve então lecionar sobre a autocracia. Confrontado por um aluno que aventa a impossibilidade do nazismo se repetir na Alemanha atual, Rainer Wenger desenvolve com os estudantes um experimento que desemboca no movimento “A Onda”. Disciplina, obediência à hierarquia, solidariedade interna e reconhecimento identitário são os principais elementos a te-

cer os sentimentos de pertencimento, segurança e conforto proporcionados pelo grupo. A Onda bastava-se nestes sentimentos. Não propunha intervenções ideológicas na sociedade (apesar de questionar as diferenças sociais produzidas pelo capitalismo e pelo fetichismo das mercadorias), tampouco propunha uma tomada de poder. A Onda bastava-se em si, era a própria utopia, cega e sem rumo definido, totalmente dependente e sequiosa das propostas do professor Rainer Wenger. Sob este aspecto é possível refletirmos a respeito de um dos paradoxos contemporâneos. Se por um lado proliferam nas artes e na filosofia discursos desconstrutivistas, pós-identitários, relativizadores e defensores de um trânsito de fronteira (“lugar de relação, região de encontro, cruzamento e confronto”, segundo Guacira Lopes Louro em seu ensaio “Viajantes pós-modernos”), por outro percebemos um recrudescimento dos arranjos identitários, sejam estes de cunho nacionalista ou microrrelacionais (como A Onda), que assumem para si a perspectiva do vazio e do efêmero sem abrir mão do totalitarismo interno. E aqui apontamos um segundo elemento de interesse, tanto na experiência original de Ron Jones, quanto no retratado pelo filme de Gansel. Fiquemos com este último.

Não me parece casual a identidade do protagonista, o professor Rainer Wenger, e seu papel na criação do movimento A Onda. Como pode um defensor de ideias libertárias, com participação em causas alternativas, incluindo-se aí movimentos de ocupação anarquistas, criar um grupo absurdamente fascista? Para além de todo debate proposto pelo filme e que põe em cena o momento não apenas europeu, mas Ociden-

tal, de crescimento da xenofobia, de questionamento da presença islâmica e de relativização da alteridade, a relação entre libertarismo e fascismo chama ainda mais a atenção. Se é verdade que Rainer não pretendia construir a realidade, mas tão somente um simulacro que servisse de exemplo e alerta para seus alunos, por outro não foi capaz de perceber para onde se desenrolava o novo que

**Como pode um defensor de ideias libertárias, com participação em causas alternativas, incluindo-se aí movimentos de ocupação anarquistas, criar um grupo absurdamente fascista?**

lançara. Mais, Rainer exultava ao perceber o entusiasmo dos jovens diante dos progressos do experimento, principalmente porque este entusiasmo rendia-lhe prestígio pessoal. Uma cena emblemática neste sentido é quando a classe ensaia passos de marcha na sala de aula, tendo sob seus pés a turma que estudava anarquismo. Assim como a imagem dos militares iranianos marchando sobre a bandeira dos Estados Unidos em suas paradas cívicas, vemos os ideais de Rainer pisando sobre a diferença. Claro, em seu papel Rainer assume as atitudes de autocracia; mas se estivesse lecionando anarquismo, teria agido diferente? Não teria, acaso, com o barulho das suas convicções, tentado silenciar as aulas no piso inferior,

que então seriam as de autocracia? Esta é a questão.

O diálogo que o filme “A Onda” estabelece com o Ocidente contemporâneo é direto e pertinente. Parece-me uma característica importante do nosso tempo o alinhamento das pessoas com propostas progressistas para o estar e o relacionar-se com a realidade, e isto é bom. Ocorre, entretanto, o alerta para o exemplo que Rainer nos apresenta. Não raro, em nome da liberdade, cometeu-se atrocidades, e a História está repleta destas. Da mesma forma como em nome da paz, declara-se a guerra. Não há discurso mais sedutor do que o da liberdade, não há realidade mais tocante do que o sentimento de segurança. Entretanto, liberdade e segurança na maioria das vezes não se fazem compatíveis. Isto não significa que devemos optar entre uma ou outra, como optaram os estadunidenses após os atentados de 11 de setembro de 2001. Não se trata disto. Trata-se, isto sim, de permanecer alertas para o maniqueísmo que mora em nós.

Rainer Wenger, ao final do filme, atenta para o monstro que ajudou a construir e, ciente de sua liderança, faz uso dela para tentar dissolver o movimento. É tarde, entretanto. O líder, afinal, reafirma apenas aquilo que desejamos ouvir. Ele não nos dissuade, mas nos reafirma. Por isso o seguimos, por isso o amamos. O líder transforma-se em prisioneiro da sua verdade. É no interior desta verdade que se faz ouvir e seguir. Quando a trai, desgraça-se diante do grupo, do movimento. Da mesma forma atentemos para nossas verdades ordinárias, para as ondas que nos tomam e que parecem nos libertar, para nossos discursos mais específicos. Afinal, onde há bandeira, há cetro.

# O que os ataques incendiários **revelam** sobre Santa Catarina?

Onda de violência sinaliza falência da segurança pública e derruba a conhecida imagem paradisíaca sustentada pelo Estado

POR SALLY SATLER, advogada e procuradora municipal

< sally.satler@gmail.com >

**O**s constantes ataques incendiários noticiados na imprensa nacional ao menos serviram pra uma coisa: revelar ao país inteiro que o nosso estado não é aquele paraíso amplamente propagandeado pelas secretarias municipais, estadual de turismo e

e sempre nas mesmas famílias!

Nós catarinenses comemos pão com magras sardinhas, mas arrotamos caviar: em termos culturais, vivemos de enaltecer nossa imigração européia – alemã, italiana e açoriana, esta última incluída pela política turística das últimas décadas – mas costumamos

versidades federais e a segunda foi criada somente há quatro ou cinco anos atrás; os recursos para obras em rodovias federais e até aquelas que envolvem prevenção às enchentes levam décadas pra chegar.

Santa Catarina também é um estado feito de governos e pes-



agências de viagens.

Santa Catarina não é só um recanto de belezas naturais que dia a dia está se esvaindo pelo ralo da devastação. É um lugar que a desigualdade social cresce numa escala avassaladora; impulsionada pela falta de implantação de programas eficazes e políticas públicas de qualidade – educação, saúde e cultura.

Aqui em Santa Catarina, o Governo Estadual paga salários baixos para todos os seus serviços essenciais: saúde (a greve acabou faz pouco tempo); educação (não cumprimento do piso salarial nacional) e segurança (falta de efetivos nas polícias militar e civil). Também não é só o salário baixo: o estado também não oferece estrutura decente para o funcionamento dessas políticas. E como votamos mal nas eleições: sempre

ignorar e esquecer portugueses, poloneses e japoneses; isso sem falar do desprezo às culturas negra e indígena (xóklengs, kaigan-gs e guaranis). Damos a entender que possuímos uma certa superioridade em relação aos demais estados do Brasil.

A soberba é tanta, que insistimos em pensar que a criminalidade só existe aqui porque veio de outros estados. Chegou ao ponto do governo estadual recusar ajuda do governo federal para ao menos tentar conter os ataques incendiários. Depois reclamam e não sabem por quê, apesar de dizerem que Santa Catarina é um estado rico e o melhor pra se viver, não recebemos investimentos do Governo Federal: aqui na 'Europa brasileira' muitas, mas muitas cidades sequer têm saneamento básico; temos somente duas uni-

soas que ainda acreditam que repetir os mesmos artifícios de outros estados vai alcançar sucesso no combate à criminalidade, problema que não bateu à sua porta: chutou com os dois pés e jogou fósforo com litros e mais litros de gasolina. É um estado com povo e governo que acredita piamente que bater em presos e fazer mega operações policiais nos condomínios 'minha casa, minha vida' vai mostrar quem manda e também devolver a paz e o sossego aos nossos lares. Como num passe de mágica!

Não acho que os ataques incendiários em Santa Catarina servirão para nos acordar. Mas já revelam alguma coisa: o rosto por detrás da máscara de estado paradisíaco e algumas sujeiras escondidas debaixo do tapete (e nem estou falando daquele Tapete Negro).

**Não acho que os ataques incendiários em Santa Catarina servirão para nos acordar. Mas já revelam uma coisa: o rosto por detrás da máscara de estado paradisíaco e algumas sujeiras escondidas debaixo do tapete (e nem estou falando daquele Tapete Negro)**